

TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO DA VIDA: SABERES DO TRABALHO DA PESCA EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS^{1 2}

Doriedson S. Rodrigues³

Oswaldo Luís Martins de Castro⁴

INTRODUÇÃO

O Baixo Tocantins é uma das regiões de colonização mais antigas do estado do Pará, Amazônia, sendo constituído por sete municípios – Abaetetuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Cametá, Mocajuba, Baião e Oeiras do Pará. É a partir dessa região, com foco no município de Cametá, que apresentamos o presente artigo sobre o mundo de trabalho de pescadores e pescadoras artesanais. Produzimos uma reflexão sobre saberes do trabalho da pesca, manifestos em instrumentos (tecnologias) e em relações sociais mediadas pelo trabalho dos homens entre si e com outros elementos da natureza.

Segundo Almeida (2010, p. 292), o Baixo Tocantins é uma região

¹DOI- 10.29388/978-65-81417-57-4-0-F.177-192

² Uma primeira versão deste trabalho foi publicada na Revista Trabalho Necessário, v. 18, n. 37, em 2020, com o título “Tecnologias de produção da vida em imagens: saberes do trabalho da pesca em comunidades ribeirinhas”. Tratou-se de um ensaio, no qual apresentávamos, a partir de fotografias, a produção de saberes do trabalho da pesca, manifestos em tecnologias e na extração de recursos da floresta, como resultantes de relações sociais mediadas pelo trabalho dos homens entre si e com outros elementos da natureza. Entretanto, para a presente publicação, ampliamos as discussões sobre as tecnologias do trabalho da pesca, problematizando-as, mais ainda, no interior das contradições capital e trabalho, assim como a partir das categorias território e modos de vida. Para tanto, revisitamos a investigação de Rodrigues (2012) sobre Saberes e Luta de Classes. Neste texto, optamos por retirar as fotografias, que podem ser observadas no trabalho disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/46288/26496>>.

³ Doutor em Educação. Docente da Universidade Federal do Pará. E-mail: doriedson@ufpa.br

⁴ Mestre em Currículo e Gestão da Escola Básica, pela Universidade Federal do Pará. Docente da Educação Básica, atuando no Ensino Médio e no Fundamental. E-mail: lam-pamartins@gmail.com

envolvida por um *mundo de águas*, “[...] organizado pelos rios Moju, Pará e o caudaloso Tocantins”. Ele destaca que “[...] apenas o município de Oeiras do Pará não é banhado pelo Tocantins, e sim pelo Rio Pará”. Todavia, também de acordo com Almeida (2010, p. 292), a região, em maior ou menor profundidade, sofre “[...] os impactos da barragem de Tucuruí, com ênfase para a redução do pescado”, afetando a produção da vida das comunidades ribeirinhas, que têm, nesse estuário, as marés condicionando-lhes a existência em suas diferentes mediações “ sociais, políticas, organizativas, produtivas, culturais, por exemplo. As marés também lhes permitem, por meio de típicas embarcações da região, como “cascos (canoas), voadeiras e popopós - nome de embarcação adquirido por conta do ruído do motor [...]”, estabelecer “[...] relações comerciais entre os agricultores, pescadores e extrativistas com o meio urbano”.

Nesse contexto socioambiental, Cametá é território⁵ onde vivem comunidades quilombolas, extrativistas, povos das águas e da floresta, populações urbanas, rurais, camponesas e ribeirinhas. Trata-se de um município com mais de 380 anos, com uma população estimada em 137.890 habitantes⁶, tendo a maior parte de seus habitantes vivendo na zona rural e em comunidades ribeirinhas, a partir das quais resultam as discussões aqui presentes.

Por ribeirinhos, categoria que permite compreender a materialidade produtiva e relacional de homens e mulheres em suas relações com outros elementos da natureza e com eles mesmos, entendemos, conforme Neves (2009, p. 70), um conjunto de pessoas que constrói a vida por meio da pesca e da extração de recursos da floresta, mas também a partir da agricultura de várzea, vivendo/trabalhando em ambientes na beira de rios, furos, igarapés, com “[...] um modo de vida advogado como *sui generis*”, organizados em comunidades entendidas como “[...] unidade territorial politicamente constituída pelo ideário da solidariedade e da redistribuição fraterna ou vicinal”.

⁵ Com base em Souza (2020, p. 13), entendemos também que “[...] os povos/comunidades tradicionais têm o território como ‘[...] um ambiente simbólico, místico, político, econômico’ (SOUZA; BRANDÃO, 2012, p. 3), entendido como o lugar para além de suas fronteiras geopolíticas. Para eles, o significado do território norteia a vida das pessoas que ali vivem e constroem valores em suas experiências de trabalho”.

⁶ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso a partir de <https://cidades.ibge.gov.br/>.

Com base também em Neves (2009, p. 68), entendemos que os ribeirinhos, pela “[...] relação com os recursos naturais, são portadores de saberes, técnicas, estratégias e alternativas peculiares à convivência [...]”. Nesse contexto material de existência, permeados pelas relações com outros elementos da natureza, são também atingidos por ações decorrentes do modo de produção capitalista, como a presença de grandes projetos de interesse do capital, a exemplo da Hidrelétrica de Tucuruí⁷.

Em Cametá, um conjunto de pescadores e pescadoras artesanais, ribeirinhos e ribeirinhas vivendo no interior de ilhas, vilas, comunidades, distritos e produzindo a vida por meio do trabalho, vai pondo em movimento “[...] forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana” (MARX, 2008, p. 211), tanto no que se refere à produção de tecnologias, aqui entendidas como instrumentos para a captura de pescado e extração de recursos das florestas, quanto ao que diz respeito ao estabelecimento de relações sociais necessárias à manutenção da vida, constituindo, assim, a própria existência.

Tudo isso acontece no/pelo trabalho, que vai possibilitando a esse sujeito de história, a partir de suas próprias ações, *impulsionar, regularizar e controlar* “[...] seu intercâmbio material com a natureza [...]”, de maneira que, “atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza”. Desse modo, “[...] desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais” (MARX, 2008, p. 211).

As discussões aqui apresentadas expõem o cotidiano da materialidade produtiva de homens e mulheres ribeirinhas que constroem tecnologias e relações sócio-comunitárias, a fim de atender suas necessidades de existência, moldando a natureza, em seu sentido amplo, em instrumentos de captura de peixes diversos e para extração de outros recursos da floresta, e também em relações de partilha, colaboração⁸. A partir de Heller

⁷ Segundo Rodrigues (2012, p. 219), a “[...] construção da Hidrelétrica de Tucuruí, iniciada durante o período de ditadura militar, foi desencadeada para atender às demandas de grandes projetos industriais que se instalavam na região Norte, como o Complexo Industrial do Alumínio, em Vila do Conde, e ALBRÁS e ALUNORTE, em Barcarena-PA”

⁸ As tecnologias, entendidas como instrumentos de pesca e relações socioculturais, constituem materialidades de um conjunto de ribeirinhos e ribeirinhas da Amazônia e é possível que haja outras descrições sobre as mesmas, como as de Furtado (1993) e as de Moraes

(2008, p. 31-32), diríamos que esse cotidiano é a vida onde esses sujeitos colocam “[...] ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias”, constituindo a “[...] organização do trabalho e da vida privada [...]” em “[...] partes orgânicas da vida cotidiana”.

Trata-se, assim, de materialidades produtivas, a partir da Unidade Homem-Natureza, que constituem o cotidiano de saberes do trabalho de pescadores e pescadoras artesanais⁹ do Baixo Tocantins, município de Cametá, resultantes, conforme Thompson (1981), de “experiências herdadas” a partir de relações comunitárias estabelecidas entre pais/mães, filhos e filhas, vizinhos e vizinhas, amigos e amigas, trabalhadores e trabalhadoras. Ainda segundo Thompson (2005, p. 7), as “[...] relações sociais e trabalho estão interligados – a jornada de trabalho se alonga e se prolonga conforme as tarefas “ e não existe uma grande sensação de conflito entre o trabalho e o passar do dia”.

Todavia, há de se registrar que essas populações vêm sendo atacadas em seus modos de existir, como outrora já aludimos, pela lógica da produção capitalista, por meio de grandes projetos minero-energéticos presentes na região, a exemplo da Hidrelétrica de Tucuruí e dos complexos Industriais¹⁰, como os de produção de alumínio. Empreendimentos dessa

(2007). Contudo, para o presente trabalho, toma-se a materialidade de vida de homens e mulheres ribeirinhas do município de Cametá-Pará.

⁹ Neste texto, saberes do trabalho da pesca são entendidos como materialidades objetivas desse trabalho, expressos em tecnologias de pesca e em relações sociais vividas, sentidas e percebidas pelas pescadoras e pelos pescadores, constituindo-se em “[...] uma evidência da unidade entre pensamento e prática, expressão do ato único do homem que na ação elabora a realidade, recriando, transformando-a” (DAMASCENO, 1995, p. 21), como resultado “[...] do trabalho e da luta [...]”, sendo “[...] a expressão concreta da consciência de um grupo social, um saber que é útil ao trabalho, aos enfrentamentos vividos cotidianamente [...]” (DAMASCENO, 1995, p. 25).

¹⁰ Atualmente, a região do Baixo Tocantins pode ser afetada negativamente ainda mais em seu modo de existência em decorrência da implementação da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Trata-se de projeto que pretende, segundo o jornalista e antropólogo Zuker (2019), tornar navegável o rio Tocantins durante todo o ano, desde o sudeste do Pará, a partir do município de Marabá, até o nordeste paraense, passando pelo município de Baião e outros territórios. Para isso, são necessários processos de dragagem e derrocamento de trechos da montante à jusante da Hidrelétrica de Tucuruí, de modo a possibilitar o escoamento de minérios, grãos e produtos pecuários da região centro-oeste do país para o porto de Vila do Conde, município de Barcarena, percorrendo territórios do Baixo Tocantins, onde vive também um conjunto de povos e comunidades tradicionais, que estabelece com o rio uma

natureza vêm causando a “[...] diminuição de pescado, o empobrecimento ainda mais das comunidades [...]”, conforme dispõe Rodrigues (2012, p. 220), intensificando desigualdades sociais, mais intensamente afloradas no contexto da pandemia do Covid-19, iniciada no mundo em 2019 e que assola, também, o Baixo Tocantins, onde mais de 50% da população de seus municípios apresentam domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa¹¹. Esse é o caso de Cametá, com 55,4% da população inserida nessas condições, conforme dados de 2017 (IBGE)¹². Constituem-se, portanto, em territórios de intensa pobreza.

Entretanto, opondo-se à destruição da vida, pescadores e pescadoras artesanais vão também produzindo a vida, aqui exposta a partir do trabalho que realizam e de instrumentos que produzem. Pactuando com as reflexões de Magalhães e Tiriba (2018) sobre a categoria experiência, diríamos que são homens e mulheres que, vivendo em sociedade “comunidades ribeirinhas –, vão, por meio do trabalho e das experiências daí decorrentes,

[...] atuando e transformando a realidade de acordo com o acúmulo histórico, material e cultural de experiências vividas, mas também transmitidas e apreendidas no seio da realidade material, formando verdadeiros repertórios de aprendizagens sociais, que são acionados de acordo com as necessidades concretas e psicossociais coletivas (MAGALHÃES; TIRIBA, 2018, p. 16).

Este texto, portanto, decorre de experiências de trabalho que retratam “*verdadeiros repertórios de aprendizagens sociais, [...] acionados de acordo com as necessidades concretas e psicossociais coletivas*”, de que nos falam Magalhães

relação simbiótica de vida. A região do Baixo Tocantins vem se mobilizando contra essa implementação, como ocorreu nos dias 16 e 17 de julho de 2021, no município de Baião, Pará, quando representantes de trabalhadores e povos tradicionais estiveram reunidos em prol de uma mobilização conjunta contra o projeto da hidrovía no Estado, conforme <http://www.cut.org.br/noticias/hidrovía-araguaia-tocantins-repete-os-erros-do-passado-e-prejudica-populações-lo-2ab0>. Acesso em 18 de julho de 2021.

¹¹ Em 2017, o salário mínimo era de R\$ 937,00. Em 2020, o valor do salário mínimo no Brasil chegou a tão somente R\$ 1.045,00, com um pequeno acréscimo em 2021, quando o valor passou para R\$ 1.100,00. Informações disponíveis no site: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm.

¹² Acesso a partir de <https://cidades.ibge.gov.br/>.

e Tiriba (2018, p. 16), dando-nos dimensão de um modo de existência, no qual a unidade homens/mulheres-natureza não se manifesta enquanto processo de maximização e privatização da riqueza, mas como necessária materialidade para a produção da vida de pescadores e pescadoras da Amazônia paraense.

Estruturalmente, este trabalho apresenta esta introdução, assim como uma seção em que focamos os saberes de tecnologias de pesca e as relações socioculturais produzidas e mediadas por pescadores e pescadoras artesanais, a partir do intercâmbio entre eles mesmos e com outros elementos da natureza, culminando com as considerações finais.

SABERES DO TRABALHO EM TECNOLOGIAS: INSTRUMENTOS, PROCEDIMENTOS DE PESCA E RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS

No contexto dos processos de trabalho desenvolvidos por pescadores e pescadoras artesanais, os saberes produzidos se configuram enquanto unidade teórico-prática (VÁZQUEZ, 1968) decorrente de um processo do qual o homem e a mulher participam em sua totalidade, haja vista que, ao objetivar a realidade, transformando-a, vão também constituindo suas subjetividades, transformam-se em seres sociais conhecedores de rios, peixes, processos de pesca, forjam-se, materialmente, no cotidiano da vida do pescador. Trata-se, a partir de Vázquez (1968, p.195), de saberes decorrentes de uma práxis produtiva, de uma “[...] relação material e transformadora que o homem estabelece – mediante seu trabalho – com a natureza”.

São saberes que nascem dessa relação, de que nos fala também Marx (2008), quando o homem, diante de desafios decorrentes do seu processo de trabalho, vai projetando soluções, buscando inovações, criando novas tecnologias e aprendizados relativos a seu trabalho. Concomitante ao movimento de braços, pernas e órgãos, vai cumprindo uma função social ao se constituir como um ser social do tipo pescador, em face a outros seres sociais como professor, médico, empresário, etc.

É nesse sentido que podemos compreender as palavras do pescador I. N. sobre saberes relativos à pesca resultantes não de um aprendi-

zado formal, no sentido escolar, mas da relação do homem com outros elementos da natureza. Essa relação exige criatividade no processo produtivo de saberes, a fim de superar dificuldades, vencer desafios, quer de ordem técnica, quer de ordem instrumental, devendo, então, o pescador *saber um pouco de tudo*, dominar uma totalidade de saberes necessários ao seu cotidiano da pesca. Realizando seu trabalho, o pescado extraído assume *valor de uso*, ao se constituir em alimento. Entretanto também pode se constituir em *valor de troca*, quando lhe serve como mercadoria para obtenção de recursos financeiros necessários à satisfação de outras necessidades.

Ele, pescador, que é o pescador profissional, além dele saber pescar, conhecer a maré, manjar um pouco ali, que a gente chama o indício “olha, ali tem indício de ter peixe” “ele também precisa saber confeccionar o material dele, fazer malhadeira, fazer casco; o pescador [...] sabe um pouco de tudo: ele sabe fazer o barco dele, se dar um prego no motor no meio do rio ele sabe mexer com a máquina; ele sabe um pouco de que depende nessa área aqui da pesca, ele entende, ele entende (I. N., 2012, *entrevista*).

O pescador e a pescadora, em termos de identidade, possuem um conjunto de saberes sobre a pesca, materializado em “indícios de onde existe peixe”, em seus instrumentos de pesca e no trato com inovações tecnológicas outras, como o motor de barco (em tempos outros, tal tecnologia não fazia parte do acervo tecnológico de suas experiências¹³), que eles e elas aprendem a operar conforme necessidades do trabalho de pesca.

A esse respeito emblemática é a fala do pescador J. P. A. P. sobre a construção do *matapi* e seu uso no processo de captura do camarão. Trata-se de uma tecnologia em correlação com sua funcionalidade, demonstrando unidade teórico-prática no domínio de seu trabalho de pescador.

¹³ Pompeu (2017) discutiu saberes do trabalho e formação de identidade de pescadores artesanais no município de Cametá, Estado do Pará, focando também os saberes que passaram a constituir a identidade de pescadores e pescadoras após a construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Ele defende que “[...] a produção de saberes do trabalho sofreu mudanças significativas após a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí - UHE e com isso a identidade dos pescadores também mudou, considerando os saberes como elementos formadores da identidade do pescador artesanal” (POMPEU, 2017, p. 82).

Para ele, a construção do instrumento de pesca *matapi* está associada ao pescado que lhe cabe obter – o camarão –, à isca necessária para tanto – o *babaçu* –, bem como ao local adequado para a pesca – a praia – e ao tempo de captura – o regime de marés: maré de enchente e maré baixa.

Sei fazer o matapi. O matapi, ele é feito do jupati, da tala do jupati. A gente tira a tala do jupati, seca e, ao mesmo tempo, a gente tece também como o pari; só que o matapi, ele é mais apertado, é mais firme, e aí a gente usa 300, 350 talas pra fazer o matapi; e aí a gente isca o matapi com o babaçu e coloca na beira, na beira da praia. Quando a maré enche, o camarão vai e entra no matapi; quando ela baixa, a gente vai tirar o camarão do matapi (J. P. A. P., 2012, *entrevista*).

Trata-se de um saber resultante de uma imersão do trabalhador no cotidiano do trabalho a fim de resolver suas necessidades produtivas, no qual o domínio do processo de pesca se faz em totalidade, desde saber o local onde se captura o peixe, até reconhecer as condições da maré e criar as estratégias de organização da tecnologia, a fim de obter pescado.

Outra tecnologia de pesca presente no trabalho de pescadores e pescadoras é o *pari*. Segundo o pescador J. P. A. P., pescador há 35 anos e morador da localidade de Maracu do Carmo, município de Cametá:

O pari, ele é feito de tala de arumã; também até pode ser do marajá. A gente tece com o cipó, o chamado timbuí e a gente faz a camboa, faz as estacas, abre o pari e aí a água cresce, o peixe sobe por cima do pari, quando ela seca o peixe fica preso dentro desse cerco, que a gente faz como pari (J. P. A. P., 2012, *entrevista*).

A fala do pescador J. P. A. P. permite analisar o processo da pesca sendo feito, concomitantemente, ao desenvolvimento da tecnologia criada para capturar o pescado. De posse de talas e de cipós presentes na mata, o pescador tece o *pari*. Leva-o para o rio, abre-o e o coloca em contato com o solo em decorrência da maré baixa. Em seguida, amarra-o a estacas e espera a maré encher e depois secar, a fim de apanhar o pescado que ficou no interior do equipamento.

Esses saberes resultam de suas necessidades de sobrevivência. Eles são plasmados em tecnologias que possibilitam a produção em correlação com saberes de enchente e vazante da maré e com um saber sobre onde é melhor colocar o *pari*, a fim de se obter mais peixes, já que o instrumento, por si só, nada poderá capturar se não houver um saber experiencial sobre onde “*se escondem*” os peixes.

Assim, os pescadores e as pescadoras vão constituindo suas histórias, educando-se e se formando, dominando técnicas de captura de pescado e também produzindo instrumentos de pesca, num processo de produção-formação. A pescadora E. V. F. F. expõe parte desse processo. Para ela, as crianças da comunidade onde mora continuam a se envolver com os afazeres de pesca dos pais e, por extensão, a aprender elementos desse trabalho. “Pelo menos eu tenho vários sobrinhos que fazem. De seis anos pra cima eles já trabalham com o pai direto, de seis anos pra cima eles fazem isso já”.

Esse trabalho de continuar trazendo as gerações mais novas para conhecer o trabalho de pescador, nele se envolvendo, gerando um fazer-se-fazendo, cumpre papel importante no fortalecimento de classe, conforme Rodrigues (2012), configurando uma coesão social que une os trabalhadores, enquanto sujeitos que realizam uma atividade comum. Os saberes da pesca atuam também como capitais simbólicos que contribuem para o sentimento de uma identidade político-social, como instrumentos de luta diante do capital, que tudo busca homogeneizar apresentando seus interesses como sendo comuns a todo um grupo (MARX; ENGELS, 2007).

Ao possibilitar, às gerações mais novas, saberes do trabalho da pesca, numa perspectiva do trabalho como princípio educativo¹⁴, os pescadores e as pescadoras buscam aproximá-las do *caráter criador do trabalho*, conforme Marx (2008), possibilitando o domínio da totalidade do tra-

¹⁴ O trabalho como princípio educativo se refere “[...] à relação entre o trabalho e a educação, na qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. Seu campo específico de discussão é o materialismo histórico em que se parte do trabalho como produtor dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais, ou seja, do conhecimento, de criação material e simbólica, e de formas de sociabilidade” (CIAVATTA, 2009, p. 408). Outrossim, também entendemos, a partir de Alves e Tiriba (2018, p. 137), “[...] que o trabalho de produção da vida social é em si educativo”.

balho da pesca, desde a construção de instrumentos de pesca, até o desenvolvimento de saberes sobre tipos de peixes. Tal aprendizado põe *em jogo a atividade da consciência*, numa unidade teórico-prática, sem separar o pensamento e a ação, a consciência e a mão e permite definir o que se faz e para que se faz. Isso é o que relata a pescadora E. V. F. F., que aprendeu com o pai o trabalho da pesca, mas também foi desenvolvendo, por conta própria, os saberes daí decorrentes, desde a tessitura de redes de pesca à sua utilização e especificidade pesqueira.

[Meu pai] sabia fazer matapi, malhadeira [...]. Aprendi. Sei tecer malhadeira de fibra, de náilon, qualquer material de pesca “rede de puçá, rede de camarão, matapi. [A rede de camarão] [...] é aquela malha pequenininha que a gente faz pra lancar na praia. [Meu pai], eu via ele fazendo. Ele chamava a gente pra ensinar e ajudar ele fazer. De noite ele chamava a gente pra ajuda, ripar a tala e aí a gente foi aprendendo por nossa conta mesmo (E. V. F. F., 2012, *entrevista*).

Parafraseando Marx (2008), pode-se entender que os pescadores e as pescadoras, em seu processo de produção-formação, transformam o material sobre o qual operam, imprimindo-lhe o projeto que tinham conscientemente em mira, a fim de atender às suas necessidades, aos seus interesses laborativos. Desse processo, resultam tecnologias de pesca, relações sociais, enquanto saberes do trabalho da pesca.

É nessa perspectiva que E. V. F. F., pescadora da localidade de Itaúna, município de Cametá, destaca que, como pescadora, sabe “[...] fazer *matapi*, *malhadeira* [...], tecer malhadeira de fibra, de náilon, qualquer material [...] de pesca, rede de puçá, rede de camarão [...]”, demonstrando que, no trabalho da pesca, foi produzindo um conjunto de saberes materializados na elaboração de tecnologias para a captura do camarão e de peixes em geral, sendo capaz, em seu trabalho, de discriminar os usos dos instrumentos que produz em seu cotidiano de trabalho. É nesse sentido, por exemplo, que ela explica que a *rede de camarão* “[...] é aquela malha pequenininha que a gente faz pra lancar na praia”.

No intercâmbio com outros homens e outras mulheres, portanto, vão, o pescador e a pescadora, constituindo-se como ser social, como nos relata J. C. S. sobre como aprendera o processo de construção da *camaro-*

eira, um instrumento de pesca, a partir do intercâmbio com um colega de profissão.

[A camaroeira] eu não sabia [fazer]. Eu não sabia. Aí tem um colega meu que ele sabia fazer esse. Aí, quando foi um dia, ele disse: “Jorge, tira a tala e vai lá pra casa que eu vou te ensinar. [...] Aí eu vim aqui na cidade e comprei uma despesa e passei três dias lá aprendendo com ele. A gente prepara a tala tudo; elas são finas; aí tem umas que leva apontada. Aí a gente vai tecer aqueles parizinho, já entendeu? Aí a gente tece outro parizinho com aquela tala apontada; aí tece de novo; aí vai injuliar: ela mete esse pau dentro do parizinho pra ele firmar (J. C. S., 2012, *entrevista*).

Das palavras de J. C. S. podemos perceber o ser social pescador se constituindo por meio do trabalho, agindo teleologicamente, propondo-se finalidades e antecipando metas, criando produtos que ganham objetividade, à medida que concretizam projetos, no caso a produção de *camaroeiras* para a captura de camarões, numa evidência da ação do trabalho humano, tal como disposto por Marx (2008).

Não menos importante é o fato de que, com base no discurso do pescador J. C. S., o ser social pescador se universaliza¹⁵ pelos saberes do trabalho da pesca, pela feitura de suas tecnologias, transcendendo, para outras instâncias temporais, o momento daquela aprendizagem transmitida “[...] de geração para geração no próprio ato de pescar e, assim, novos pescadores artesanais vão se (auto)produzindo, perpetuando a atividade pesqueira artesanal [...]” (CORREA; RODRIGUES; ARAUJO, 2018, p. 91), revelando essa práxis produtiva como um tempo-espaço de ensino-aprendizagem que permite a autoprodução como sujeitos sociais pescadores artesanais, a partir dos mundos do trabalho vividos, sentidos e percebidos por esses coletivos de trabalhadores, do que se depreende

¹⁵ Entendemos, a partir de Ferreira (1994), o termo universalizar com o sentido de generalizar. Nessa perspectiva, os saberes que os pescadores elaboram, a partir de uma realidade imediata e específica, acabam por se generalizarem para outras realidades, à medida que estas apresentam similitudes com as realidades primeiras que geraram determinado saber, permitindo que as gerações mais novas sigam aprendendo e apreendendo saberes produzidos por outras gerações, porque acabam por se ver em situações similares, mas não idênticas às aquelas que as geraram.

que não existe “[...] pescador artesanal individual fora das relações sociais que permeiam o exercício das suas práxis produtivas [...]” (CORREA; RODRIGUES; ARAUJO, 2018, p. 91).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos saberes do trabalho da pesca, a partir do município de Cametá, Baixo Tocantins, Estado do Pará, materializados em tecnologias de pesca e em sociabilidades vividas, sentidas e percebidas por pescadores e pescadoras artesanais, nas relações entre si e com outros elementos da natureza.

São saberes que caracterizam, de acordo com Rodrigues (2012, p. 54), “[...] o trabalho, em sua faceta não alienada [...]”, como “[...] o momento de constituição da humanidade do homem, porque lhe permite o exercício da engenhosidade, da criatividade, do planejamento e da execução do seu querer [...]”.

Nossas análises expressam que as situações de trabalho de pesca estão saturadas de normas de vida e são indicadoras de processos importantes para a constituição de classe, como o viver coletivo e o sentir-se membro de uma totalidade social. De acordo com Thompson (1981), os homens se constituem como classe porque sentem e articulam uma identidade de interesses entre si, resultantes de experiências em comuns, herdadas ou partilhadas, que se materializam em saberes.

Os saberes do trabalho da pesca, plasmados em tecnologias e em relações socioculturais, são manifestações dos territórios de vida do Baixo Tocantins e se constituem, de acordo com Tiriba e Fischer (2015, p. 409), em “modos de estar no mundo, em que o metabolismo entre ser humano e natureza pressupõe a regulação do processo de trabalho em sintonia com a natureza [...]”. Eles também corroboram o que dispõe Marañón (2012), a partir de suas reflexões sobre *solidariedade econômica no Buen Vivir*, no sentido de que os saberes do trabalho da pesca expressam relações de produção e reprodução de uma solidariedade econômico-cultural que se opõe às de natureza capitalista (fundadas na sempre extração da mais-valia e da implementação-intensificação da racionalidade de valores de troca).

Todavia, no Baixo Tocantins, os pescadores e as pescadoras artesanais, envolvidos por mediações de primeira ordem consubstanciando seus processos produtivos e seus territórios, também se encontram ameaçados em seus modos de produzir a vida, pelas racionalidades que mercantilizam a existência a partir da presença de grandes projetos do capital, como a Hidrelétrica de Tucuruí e a paulatina implementação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, o que tem lhes exigido resistência, organização e posicionamento político, como observado por Rodrigues (2012).

As discussões aqui apresentadas também revelam a engenhosidade do trabalho humano que, em intercâmbio com outros elementos da natureza, produz a vida, plasmando realidades, construindo outras sociabilidades que permitem a homens e mulheres a existência e as condições para tanto. Uma existência avessa a processos de expropriação das próprias condições para continuar existindo e por isso oposta ao modo de produção capitalista, para o qual tudo se plasma em moedas, em rentabilidade, em devastação das condições de vida de homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rogério. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100020. Acesso em: 10 mar. 2020.
- ALVES, Ana Elizabeth Santos; TIRIBA, Lia. Trabalho-Educação, Economia e Cultura em Comunidades Tradicionais: entre a reprodução ampliada da vida e a reprodução ampliada do capital. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 31, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/27375/15916>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- CASTRO, Osvaldo Luís Martins; RODRIGUES, Doriedson S. Tecnologias de produção da vida em imagens: saberes do trabalho da pesca em comunidades ribeirinhas. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 37, set-dez, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/46288/26496>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio César França (orgs.). **Dicionário da Edu-**

cação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009. p. 408-415.

CORREA, Raimundo Nonato Gaia; RODRIGUES, Doriedson do Socorro; ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Práxis produtiva, metamorfoses no mundo do trabalho e processo de constituição de identidade entre trabalhadores na Amazônia paraense. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 31, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/27375/15916>. Acesso em: 20 jun. 2021.

DAMASCENO, Maria Nobre. O saber social e a construção da identidade. **Contexto & Educação**, ano 9, n. 38, p. 19-39, abr./jun. 1995.

FURTADO, Lourdes. **Pescadores do rio Amazonas:** um estudo antropológico da pesca ribeirinha em uma área amazônica. Belém: MPEG, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** São Paulo: Nova Fronteira, 1994.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; TIRIBA, Lia. Introdução. In: MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; TIRIBA, Lia (orgs.). **Experiência:** o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martin Claret, 2007.

MARAÑÓN, Boris. Hacia el horizonte alternativo de los discursos y prácticas de resistencias descoloniales. Notas sobre la solidaridad económica en el Buen Vivir. In: MARAÑÓN, Boris *et. al* (orgs.). **Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina:** una perspectiva. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **Uma arqueologia dos saberes da pesca:** Amazônia e Nordeste. Belém: EDUFPA, 2007.

NEVES, Delma Pessanha. Os ribeirinhos-agricultores de várzea:

formas de enquadramento institucional. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 1, pp. 67-92, jun. 2009.

POMPEU, José Carlos Wanzeler. **Saberes do trabalho e formação de identidade de pescadores artesanais no município de Cametá-Pa**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Faculdade de Educação e Cultura, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2017.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da colônia de pescadores artesanais Z-16 Cametá/ Pará**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SOUZA, William Kennedy do Amaral. **Trabalho-Educação, Economia e Cultura em Povos e Comunidades Tradicionais: A (Re) Afirmção de Modos de Vida como Forma de Resistência**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 2. ed., v. 1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial: costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 24, n. 56, pp. 405-428, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/2440/1706>. Acesso em: 20 jun. 2021.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 1968.

ZUKER, Fábio. **Ampliação da Hidrovia Araguaia-Tocantins ameaça ribeirinhos. Amazônia Real**, Manaus, 17 de julho de 2019, seção Meio Ambiente. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/ampliao-da-hidrovia-araguaia-tocantins-ameaca-ribeirinhos/>. Acesso em: 21 jun. 2021.